Diário Oficial da União – Nº 126 – Seção 1 – p. 80 a 82

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 435ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Coordenador), Dra. Anete Vasconcelos de Borborema e Dr. Alexandre Concesi (Membros). Aberta a reunião às quinze horas e quinze minutos. A Câmara de Coordenação e Revisão, por unanimidade, indicou o Dr. Amilcar Fagundes Macedo, Corregedor-Geral da Justiça Militar do estado do Rio Grande do Sul, para ser agraciado com a medalha da Ordem do Mérito MPM/2017.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Inquérito Policial Militar 137-84.2016.7.08.0008.
Origem: Auditoria da 8ª CJM.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: IPM INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTOS ILÍCITOS PRATICADOS PELO 1º TEN ANTÔNIO GROSSO NETO. Promotor na origem se declarou suspeito para conduzir as investigações por motivo de foro íntimo. Pela redistribuição dos autos.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela redistribuição do feito entre os demais Membros que oficiam naquela Procuradoria.

1.2. Processo: Inquérito Policial Militar 15-14.2017.7.12.0012.
Origem: Auditoria da 12ª CJM.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. FURTO DE USO. PISTOLA 9MM. RESTITUIÇÃO DA *RES FURTIVA* E CONFISSÃO DA AUTORIA. REPROVABILIDADE DA CONDUTA. INADMISSIBILIDADE DE DESCARACTERIZAÇÃO PARA INFRAÇÃO DISCIPLINAR. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. Inquérito Policial Militar instaurado para apurar a conduta de Sargento do Exército que, sem autorização, retirou do cofre da 2a Seção do Comando de Fronteira Solimões, ao qual tinha acesso por trabalhar no local, uma pistola 9MM, a fim de defender-se de suposta ameça de morte em local não sujeito à administração militar. Manifestação ministerial pelo arquivamento. Discordância da autoridade judiciária. Indícios suficientes de autoria e materialidade quanto à prática do delito previsto no art. 241 do CPM. Pela designação de outro Membro para oferecimento da denúncia.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu encaminhar os autos ao Procurador-Geral da Justiça Militar para que se entender do mesmo modo, designe outro Membro em exercício naquela Auditoria para oferecer a respectiva denúncia contra o 3º Sargento Douglas de Oliveira Palmeira.

1.3. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000073-78.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PIC. ACÚMULO INDEVIDO DE PENSÕES. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE CRIME MILITAR. Apuração de denúncia sobre o acúmulo indevido de pensões, sendo uma por morte do genitor, outra pensão paga pelo Estado do Rio de Janeiro por tempo de serviço e, uma terceira, por morte do companheiro, paga pelo INSS. Informações prestadas pela autoridade militar, com fatos apurados em sindicância. A pensionista optou por receber proventos da pensão militar e do Rio Previdência, desligando-se da pensão do INSS. Pela homologação do arquivamento do PIC, com fundamento diferente daquele esposado na instância *a quo*.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000016-16.2017.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. USO INDEVIDO DA SIGLA DO COLÉGIO MILITAR DE JUIZ FORA EM MANIFESTAÇÃO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000118-77.2017.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DESPACHO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ENCAMINHANDO PETIÇÃO ELABORADA PELOS INTERNOS DO PRESÍDIO DA MARINHA. Matéria jornalística veiculando boas práticas do ex-diretor do presídio. Ausência de fato específico a se investigar. Suposta rebelião objetivando dar visibilidade aos presos. Reformas em edifício tombado como patrimônio histórico. Inexistência de fato a ser apurado. Arquivamento na instância, homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000097-36.2017.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. EX-MILITAR CONDENADO POR HOMICÍDIO. TRANSFERÊNCIA PARA PRESÍDIO ESTADUAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PROCESSO DE REFORMA. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. Noticiante solicita providências quanto à transferência de seu esposo, ex-militar, condenado pela prática de homicídio simples, do Presídio da Marinha para Penitenciária estadual. Decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro. *Declínio de atribuições* em favor do MPE/RJ. Supostas irregularidades no processo de reforma. Ma téria administrativa. Pela homologação da decisão.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento em parte e do *declínio de atribuição* em favor do MPE/RJ.

1.7. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000050-24.2017.2201.
Origem: PJM Manaus - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEIS ATOS DISCRIMINATÓRIOS CONTRA MILITARES TEMPORÁRIOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Fatos genéricos que não configuram crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000030-51.2016.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. EXÉRCITO BRASILEIRO. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR ADVOGADO. SUPOSTA VIOLAÇÃO DAS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS DA ADVOCACIA. Suposto abuso de autoridade por parte de chefe da assessoria jurídica de Região Militar. Diligências. Arquivamento. Recurso apresentado pelo representante. Lei n° 9.784/1999 (lei do processo administrativo). Diligências. Ausência de interesse do representante em prosseguir com a investigação. Arquivamento na instância, homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000014-48.2017.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PROCESSO DE REFORMA DE MILITAR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES. ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELA AUTORIDADE MILITAR. REGULARIDADE DEMONSTRADA. Supostas irregularidades no processo de reforma de Cabo da Marinha. Informações prestadas pela autoridade militar. Inexistência de vícios administrativos e de indícios de
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento. materialidade delitiva. Arquivamento homologado.

1.10. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000273-72.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA DE CÁRCERE PRIVADO NO BATALHÃO DE DOBRAGEM, MANUTENÇÃO DE PARAQUEDAS E SUPRIMENTO PELO AR (DOMPSA). Esclarecimentos do Comando no sentido de que houve convocação para faxina na área de entrada do quartel por ocasião da recepção de brevetação. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1 . 11 . Processo: Notícia de Fato (PI) 0000027-77.2017.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS. SUPOSTA MOROSIDADE EM PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE ARMA DE FOGO, EM TRÂMITE PERANTE O SFPC DA 2ª REGIÃO MILITAR. Informações prestadas pela autoridade apontam a finalização do processo e o atendimento do pleito do noticiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000012-70.2017.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO À SINDICÂNCIA DE INTERESSE DO NOTICIANTE. Comando esclareceu que a sindicância está arquivada e a disposição do interessado. Ausência de interesse do MPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.13. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000050-14.2017.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: TRANSFERÊNCIA DE ARMAS DE FOGO. FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS. Suposta morosidade em processo de transferência de arma de fogo, em trâmite perante o SFPC da 2ª Região Militar. Ausência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000072-85.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE IPM PELO MPM NA ORIGEM. SUPOSTA PERSEGUIÇÃO E MAUS-TRATOS SOFRIDOS POR SUBOFICIAL DA AERONÁUTICA. IPM instaurado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.15. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000008-23.2017.1303.
Origem: PJM Santa Maria - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTOS ATOS INTIMIDATÓRIOS COMETIDOS POR MILITARES EM DESLOCAMENTO DE COMBOIO DE VIATURAS, CONTRA MANIFESTANTES POPULARES CONCENTRADOS EM PRAÇA PÚBLICA. Esclarecimentos prestados pela Autoridade Militar. Procedimento de escolta de Oficial-General. Ausência de indícios mínimos de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000008-90.2017.1701.
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA AGRESSÃO PSICOLÓGICA PRATICADA POR COMANDANTE DA BASE NAVAL DE ALECRIM CONTRA 1º SARGENTO DA MARINHA. IPM instaurado para aprofundar as investigações. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.17. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000008-57.2017.2100.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCESSO DE DESLIGAMENTO DE DESERTOR JULGADO INCAPAZ PARA O SERVIÇO MILITAR APÓS INSPEÇÃO DE SAÚDE. Alegações que não se sustentam frente aos esclarecimentos prestados pela Autoridade Militar. Inexistência de indícios mínimos de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.18. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000029-97.2017.1000.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. JUNTADA DE DOCUMENTOS E OUTRAS PROVAS. AÇÃO PENAL MILITAR EM GRAU DE APELAÇÃO. Noticiante requer a juntada de documentos e outras provas à APM, que se encontra em grau de recurso e teve parecer exarado pelo relator. Impossibilidade de utilização dos documentos. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.19. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000080-93.2017.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA PRÁTICA DE RECEBIMENTO INDEVIDO DE PENSÃO (UNIÃO ENTRE SOGRA E GENRO). INTIMAÇÃO DO NOTICIANTE, POR INTERMÉDIO DO "E-MAIL" FORNECIDO, PARA MANIFESTAR-SE E PARA OFERECER MAIS DETALHES SOBRE OS FATOS NOTICIADOS. Tentativas infrutíferas, diante da impossibilidade telemática da recepção das mensagens. Ausência de elementos suficientes à continuidade da investigação. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.20. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000020-14.2017.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO INSTAURADA A PARTIR DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO PROMOVIDO PELO MPE/MG EM FAVOR DO *PARQUET* CASTRENSE. SUPOSTA PRÁTICA DE CRIME MILITAR POR EXMILITAR, QUE, AO SER ABORDADO EM BLITZ DA PM NA CIDADE DE ESTRELA DO SUL, APRESENTOU A IDENTIDADE MILITAR. Competência da Promotoria de Justiça da Comarca de Estrela do Sul. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.21. Processo: Procedimento Administrativo 0000085-45.2017.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO. Comunicação encaminhada pelo Comandante do 1º Batalhão de Guardas/RJ. IPD regularmente instruída e judicializada. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.22. Processo: Procedimento Administrativo 0000117-26.2017.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão em flagrante delito de militar, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 16 da Lei 10.826/2013, posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Regularidade do procedimento. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.23. Processo: Procedimento Administrativo 0000060-09.2017.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. Suposta prática de crime militar de furto. Ausência de irregularidade. Remessa dos autos ao juízo militar. Autuação na 2ª Auditoria da 1ª CJM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.24. Processo: Procedimento Administrativo 0000053-61.2017.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. TERMO DE OCORRÊNCIA. SARGENTO DA MARINHA. Suposta prática de crime militar. Violência contra superior. Ausência de irregularidade. Remessa dos autos ao Juízo Militar. Autuação na 4ª Auditoria da 1ª CJM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.25. Processo: Procedimento Administrativo 0000015-74.2017.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. AUTO DE PRISÃO EM FRAGRANTE DELITO. Suposta prática de crime militar. Ausência de irregularidade. Remessa dos autos ao Juízo Militar. Autuação na 1ª Auditoria da 3ª CJM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.26. Processo: Procedimento Administrativo 0000009-77.2017.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. AUTO DE PRISÃO EM FRAGRANTE DELITO. Suposta prática de crime militar. Ausência de irregularidade. Remessa dos autos ao Juízo Militar. Autuação na 1ª Auditoria da 3ª CJM. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.27. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000024-70.2016.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA. UNIDADES MILITARES SOB RESPONSABILIDADE DO BATALHÃO DA GUARDA PRESIDENCIAL - BGP. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Instalações carcerárias adequadas. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.28. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000007-06.2017.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO. 41º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO, JATAÍ/GO. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Atendimento das recomendações do *Parquet* Castrense. Instalações carcerárias adequadas ao tratamento constitucional e legal a ser dispensado aos presos. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.29. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000030-27.2017.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DA AERONÁUTICA. PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE SÃO PAULO, CAPITAL. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Instalações carcerárias adequadas ao tratamento constitucional e legal a ser dispensado aos presos. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.30. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000024-64.2017.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES.
Ficha de Verificação de Prisões Militares devidamente preenchida. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.31. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 00000003-08.2017.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÕES CARCERÁRIAS. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Formulários preenchidos. Ilegalidades não verificadas. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.32. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000016-59.2017.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÕES CARCERÁRIAS. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Formulários preenchidos. Ilegalidades não verificadas. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.33. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000029-76.2017.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 2º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA LEVE, ITÚ/SP. Atividade extrajudicial da PJM em São Paulo/SP. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.34. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000037-09.2017.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 9ª COMPANHIA DE GUARDASAMAMBAÍ/MS. Atividade extrajudicial da PJM em Campo Grande/MS. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.35. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000006-73.2017.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 4ª COMPANHIA DE FRONTEIRA-JARDIM/MS. Atividade extrajudicial da PJM em Campo Grande/MS. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.36. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000009-23.2017.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO-AMAMBAÍ/MS. Atividade extrajudicial da PJM em Campo Grande/MS. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.37. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000026-63.2017.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA. PRONUNCIAMENTO NA ORIGEM INCONCLUSO. Deliberação cameral atendida com a manifestação expressa pelo arquivamento. Homologação.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.38. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000015-20.2017.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 9º BATALHÃO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO-AQUIDAUANA/MS. Atividade extrajudicial da PJM em Campo Grande/MS. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.39. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000025-66.2017.1302.
Origem: PJM Bagé - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO - 8º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/RS. Atividade extrajudicial da PJM Bagé/RS. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.40. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000014-23.2017.1302.
Origem: PJM Bagé - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 9º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO, SÃO GABRIEL/RS. Atividade extrajudicial da PJM em Bagé/RS. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.41. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000020-20.2017.1302.
Origem: PJM Bagé - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DA MARINHA DO BRASIL. GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS-RIO GRANDE/RS. Atividade extrajudicial da PJM Bagé/RS. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu

1.42. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000010-25.2017.1302.
Origem: PJM Bagé - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 12º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE. Atividade extrajudicial da PJM em Bagé/RS. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.43. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000029-64.2017.1302.
Origem: PJM Bagé - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO. 25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA. Atividade extrajudicial da PJM em Bagé/RS. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.44. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000004-25.2017.1303.
Origem: PJM Santa Maria - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 4º B Log, PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO/3, 13ª CIA DAM, 19º RCMEC, 9º B LOG, 11ª CIA COM MEC E 19º GAC, UNIDADES MILITARES SITUADAS NO RIO

GRANDE DO SUL. Atividade extrajudicial da PJM em Santa Maria/RS. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.45. Processo: Procedimento Administrativo 0000059-58.2017.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DA PRISÃO DE MILITAR DA MARINHA QUE ESTAVA NA CONDIÇÃO DE DESERTOR, APÓS APRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR 75/93. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adotados com correção os procedimentos legais atinentes às prisões em casos de deserção. Instrução Provisória de Deserção em trâmite junto à 4ª Auditoria da 1ª CJM. Ausência de razão para a continuidade do procedimento. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. José Garcia de Freitas Júnior, declarou finda a reunião às dezesseis horas e trinta minutos. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JÚNIOR
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Coordenador da CCR/MPM

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

Diário Oficial da União – Nº 126 – Seção 2 – p. 60

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 285, DE 30 DE JUNHO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 683, de 26 de setembro de 2013, e considerando o disposto no art. 9º, inciso I, e art. 10º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta do Processo nº 1.00.000.007636/2013-50 resolve:

Art. 1º NOMEAR, em caráter efetivo, o candidato habilitado em concurso público, no cargo discriminado e na respectiva lotação do Ministério Público da União, conforme Anexo desta Portaria, visando o preenchimento da (s) vaga (s) tornada (s) sem efeito por meio da Portaria SG/MPU n° 264, de 27 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2017, seção 2, página 60.

Art. 2º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

BLAL YASSINE DALLOUL

ANEXO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
I CARGO: ANALISTA DO MPU/PERÍCIA/ENGENHARIA CIVIL, NÍVEL SUPERIOR, CLASSE: "A", PADRÃO: 1

CLAS.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	UF	CIDADE DE LOTAÇÃO	ORDEM DA VAGA
29	1009562	WALDICK DE CALDAS BRAGA	DF	PGJM (BRASÍLIA)	VACANCIA - FELIPE GAZZONI MALTADO, CPF: 801.205.801-44 - PT/SRH-231, DE 14/06/2017, DOU DE 16/06/2017.

Diário Oficial da União – Nº 126 – Seção 3 – p. 148

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Acordo de Cooperação Técnica TSE nº 9/2017, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério Público Militar. CNPJ nº 26.989.715/0004-55. OBJETIVO: Disciplinar a extração pelo MPM de cópia de dados do cadastro eleitoral, com periodicidade bienal. VIGÊNCIA: A partir de sua assinatura e duração por prazo indeterminado. FUNDAMENTO LEGAL: art. 29 da Res. 21.538/2003, alterado pela Res. nº 23.490/2016. ASSINATURA: 30/6/2017. ASSINAM: Ministro Gilmar Mendes, Presidente, pelo TSE; Jaime de Cássio Miranda, Procurador-Geral de Justiça Militar, pelo MPM. P.A nº 2016.00.000016505-3.

Diário Oficial da União – Nº 126 – Seção 3 – p. 148

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
SECRETARIA- GERAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 357/2017

Termo de Credenciamento nº 357/2017, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e CLÍNICA DE OFTALMO - LUIS ALBERTO FERNANDES FERREIRA EIRELI-ME . Objeto: prestação de Serviços MÉDICOS. Processo:1.24.000.000719/2017-18. Elemento de Despesa 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho/MPF/PR/PB: n.º 2017NE000071 de 07/02/2017. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho/MPT/PRT/PB 13ª REGIÃO: n.º 2017NE000029 de 02/02/2017. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho/MPM/DF: n.º 2017NE000037, de 04/01/2017. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03.301.0581.2004.0053. Nota de Empenho/MPDFT n.º 2017NE000195, de 03/03/2017. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03.301.2100.2004.5664. Nota de Empenho/CNMP n.º 2017NE000363 de 21/02/2017. Vigência: 23/06/2017 a 22/06/2022. Assinaturas: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA, pelo Credenciado: LUIS ALBERTO FERNANDES FERREIRA.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 303/2013

Partícipes: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e MAUREM LEITÃO MARCONDES. Objeto: Alterar o endereço da Credenciada. Data de Assinatura: 23/06/2017. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA e pela Credenciada, MAUREM LEITÃO MARCONDES. Processo nº 1.29.000.000411/ 2013- 01.